



Casa do Povo de Azinheira dos Barros
Rua António José Almeida, n.º 10
7570-003 Azinheira dos Barros
Telefone: 269594129
dir.tecnico@cpazb.pt



ATA DE REUNIÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, pelas dezasseis horas, na sede da Casa do Povo de Azinheira dos Barros, sita na Rua Dr. António José Almeida, n.º 10, em Azinheira dos Barros, reuniu a Assembleia Geral da Casa do Povo numa modalidade mista (presencial e por videoconferência/online), com a presença física do Presidente Joaquim Pereira Silva, do Primeiro Secretário Elsa Maria Assunção Guerreiro Silva e do Segundo Secretário Neusa Manuela Luz Guerreiro e os restantes membros dos órgãos sociais e demais sócios da Instituição presentes participaram por videoconferência online através da plataforma digital zoom.

O Presidente da Mesa da Assembleia, antes de entrar na ordem de trabalhos, fez uma contextualização e explicou aos sócios os condicionalismos do ano excecional que se vive desde Março de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, e que levaram ao adiamento sucessivo da realização desta reunião. As contas de 2019 foram aprovadas pela Direção a 10 de Março de 2020 e tiveram parecer positivo do Conselho Fiscal no dia 13 de Março. No entanto, a reunião de Assembleia Geral, que estava marcada para o dia 25 de Março de 2020 teve que ser adiada, em resultado do estado de emergência, confinamento obrigatório e proibição de realização de reuniões presenciais. O prazo para realização das Assembleias Gerais das Instituições foi legalmente prorrogado, primeiro, até 30 de Junho de 2020 e, depois, até 30 de Setembro de 2020.

Os órgãos sociais da Casa do Povo de Azinheira dos Barros entenderam por unanimidade que não estavam reunidas as condições para realizar a reunião de Assembleia Geral Ordinária até 30 de Setembro (convocando mais de duzentos sócios ativos com direito a voto), pois a Instituição não dispõe de uma sala para acolher número tão significativo de pessoas e não seria possível garantir o cumprimento das medidas de distanciamento social recomendadas pela DGS.

Perante a premência de submeter as contas no OCIP dentro do prazo (31 de Outubro) e, para não prejudicar a Instituição, a Mesa da Assembleia analisou as contas e, tendo em conta que as mesmas foram elaboradas por empresa certificada de contabilidade, aprovadas pela Direção, com parecer positivo do Conselho Fiscal, a Mesa da Assembleia reuniu, elaborou e submeteu uma ata considerando que as Contas de Gerência de dois mil e dezanove, que apresentam um resultado líquido negativo de quatrocentos e vinte e três euros e nove cêntimos, deviam ser aprovadas, comprometendo-se a, logo que a situação pandémica e sanitária o permitisse, realizar uma Reunião de Assembleia Geral com a presença de todos os sócios com direito de voto para informar, esclarecer, analisar e aprovar as contas, ratificando a decisão tomada naquela reunião.

Em face da obrigação estatutária de realizar a Assembleia Geral em Novembro, para a aprovação do orçamento e plano de atividades para o ano seguinte, e o compromisso de realizar uma reunião para aprovação das contas de 2019, a Mesa da Assembleia convocou os sócios para uma reunião de Assembleia Geral para o dia 30 de Novembro de 2020, para a qual os sócios teriam que se inscrever até ao limite de 45 pessoas (lotação permitida da sala), reunião que se realizaria numa sala cedida pelo Município de Grândola, com plano de contingência aprovado pelo Autoridade de Saúde.

No entanto, como a situação epidemiológica não melhorou e o país entrou numa segunda vaga pandémica, as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Segurança Social continuaram a desaconselhar as reuniões presenciais e o Delegado de Saúde de Grândola emitiu parecer desfavorável à realização da referida reunião de Assembleia, uma vez que o concelho de Grândola estava em risco elevado de contágio e os aglomerados de pessoas estavam proibidos a mais de cinco pessoas no mesmo espaço físico. Não obstante o plano de contingência elaborado para o efeito, o compromisso do cumprimento de todas as medidas de proteção (uso de máscara, controlo da temperatura corporal), desinfeção de mãos e superfícies e distanciamento físico recomendadas pela DGS, a reunião não foi autorizada.

Pelo exposto, a Mesa da Assembleia viu-se na contingência de, para cumprir com a obrigação estatutária, a exigência da Segurança Social e as normas sanitárias da DGS e da Autoridade de Saúde Local, realizar esta reunião de Assembleia Geral numa modalidade

mista (presencial e à distância) para que os sócios pudessem, em segurança, apreciar, analisar e, eventualmente, aprovar as contas de 2019, o orçamento retificativo de 2020, o orçamento para 2021 e o plano de atividades para 2021.

De seguida, o Presidente da Mesa leu a convocatória, respetiva ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Direção:

Ponto Um – Apreciação e eventual aprovação das Peças Finais de Apresentação de Contas do ano de 2019. O Presidente da Direção apresentou alguns mapas aos sócios, designadamente, o balanço, o balancete e a demonstração de resultados por naturezas relativos às contas de gerência de 2019 e explicou as principais rubricas de receitas e despesas, tendo-se verificado um resultado líquido negativo de quatrocentos e vinte e três euros e nove cêntimos, existindo uma redução significativa em relação ao exercício anterior de cerca de nove mil euros. No campo da despesa, para o resultado negativo, muito contribuiu o aumento em cerca de cinco mil euros dos custos dos fornecimentos e serviços externos, o aumento com os custos das mercadorias consumidas em cerca de seis mil euros. No campo da receita, para a redução significativa do resultado negativo contribuiu o aumento de cerca de dois mil euros de verbas recebidas de serviços prestados e das verbas das participações financeiras da Segurança Social em cerca de seis mil euros, a manutenção dos valores gastos com o pessoal (apesar dos aumentos de vencimentos, em virtude da subida do salário mínimo nacional) por motivo de Baixas Médicas prolongadas (situação excepcional), bem como algumas medidas de contenção de gastos e redução de despesas. O Presidente da Direção informou os sócios e esclareceu todas as questões e dúvidas colocadas. Apesar do resultado negativo, a redução conseguida é um sinal de motivação acrescida para a Direção continuar o trabalho de reequilíbrio financeiro da Instituição. O Presidente da Mesa colocou as contas de 2019 a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Ponto Dois – Apreciação e eventual aprovação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos de 2020 (a) e 2021 (b), bem como do Plano de Atividades para o ano de 2021 (c).

(a) O Presidente da Direção apresentou a conta de exploração de 2020 revista, tendo por base a contabilidade real até agosto de 2020 e previewal até ao final do ano, na qual se destacam uma previsão de 460.566€ de receitas e 468.037€ de despesas, culminando

num resultado previsional líquido negativo de 7.471€. Colocada a votação pelo Presidente da Mesa, a Conta de Exploração Previsional de 2020 foi aprovadas por unanimidade.

(b) De seguida, o Presidente da Direção tomou novamente a palavra e apresentou o orçamento para 2021 que prevê uma receita de 462.478€ e uma despesa de 486.974€, o que significa um resultado previsional líquido negativo de 24.496€. Alguns sócios mostraram preocupação pelo resultado previsto para 2021 e colocaram algumas questões. O Presidente da Direção referiu que este resultado previsional é influenciado pela inflação, pelo aumento de custos com material de proteção por causa da Covid-19, pelo aumento do salário mínimo nacional, pela inflação e, tendo por base que não há absentismo na rubrica gastos com pessoal. Depois de esclarecidos todos os sócios presentes, o Presidente da Mesa colocou o orçamento previsional de 2021 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

(c) Finalmente, o Presidente da Direção apresentou o plano de atividades para 2021 que está, naturalmente, muito marcado e condicionado pela pandemia, uma vez que uma série de iniciativas culturais, recreativas e de lazer poderão não se realizar. No entanto, mantém-se o compromisso de manter uma gestão rigorosa e cumpridora com todas as entidades, mantendo o apoio social à comunidade e todas as respostas sociais em funcionamento. Apresentado o plano, o mesmo foi colocado a votação pelo Presidente da Mesa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto Três – Informações Gerais.

(a) O Presidente da Direção informou os sócios sobre o ponto de situação das obras na sede da Casa do Povo, o que foi realizado (com pavimentos novos, infraestruturas elétricas e de telecomunicações por dentro das paredes, tetos falsos, iluminação nova, azulejos na cozinha pinturas interiores, etc.) e o que falta concluir (piso e pinturas exteriores).

(b) Apelou ao apoio dos sócios com a consignação de IRS, com donativos de papel para a campanha do Banco Alimentar “papel por alimentos” e recolha de tampas para troca pro ajudas técnicas.

(c) Informou que as respostas sociais de Creche, Pré-escolar e CATL se encontram encerradas por determinação das autoridades e que não existe cobrança de mensalidades durante o encerramento.

(d) Finalmente, informou que a Casa do Povo está a colaborar com o Município e o Agrupamento fornecendo refeições escolares aos alunos de ação social escolar (com escalão A e B) da Freguesia.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião cerca das dezoito horas, da qual foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral

João Geraldo Silva
Elza Maria Assunção Queiroz Silva
Neusa Manuela da Luz Queiroz